

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS-UNIS/MG
COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
MARIANA CASSIANO RIBEIRO

**A DISTOPIA NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DOS DIREITOS
FEMININOS A PARTIR DO “O CONTO DA AIA”**

Varginha
2021

MARIANA CASSIANO RIBEIRO

**A DISTOPIA NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DOS DIREITOS
FEMININOS A PARTIR DO “O CONTO DA AIA”**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação da Prof^a Dra. Terezinha Richartz

**Varginha
2021**

MARIANA CASSIANO RIBEIRO

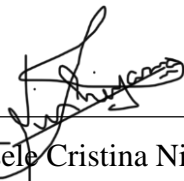
**A DISTOPIA NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DOS DIREITOS
FEMININOS A PARTIR DO “O CONTO DA AIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas Gerais - UNIS/MG, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel, sob a orientação da Professora Dra. Terezinha Richartz.

Aprovado em 20 / 05 / 2021



Profª Dra. Terezinha Richartz



Profª Ma. Gisele Cristina Nishiyama



Prof. Dr. Sebastian Gabini

Dedico este trabalho a todos que caminharam comigo e auxiliaram na jornada de me tornar uma profissional. Também a todas as mulheres que foram à inspiração desse trabalho.

A Deus, por toda força concedida para superar esse período de desafios. À minha família pelo incentivo e suporte de sempre e à professora Terezinha por acreditar em mim e mergulhar de cabeça num dos momentos mais importantes da minha vida.

Tudo o que é silenciado clamará para ser ouvido
ainda que silenciosamente. (Margaret Atwood)

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre a importância da luta das mulheres em busca de seus direitos, correlacionando as causas e manifestações evidenciadas pelo jornalismo e usar como referência *-Offredll*, a personagem e narradora da obra, a fim de analisar a conjuntura dentro da ficção e tentar entender o sistema patriarcal e sua interferência nos direitos femininos. Esta tarefa será conseguida mediante comparativo da obra e a condição da mulher na atualidade, tendo como elementos de apoio a literatura disponível. A análise sugere que mesmo sendo considerada uma obra pertencente ao gênero da ficção científica, *-O Conto da Aia* mostra características já existentes num contexto social e revela uma crítica a esse tipo de sistema patriarcal. Desta maneira, a obra cumpre sua função distópica que é apresentar um possível futuro baseado nos fatos e acontecimentos que permeiam a sociedade atual e que fazem parte do trabalho jornalístico.

Palavras-chave: Direitos, Mulheres, O Conto da Aia.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the importance of women's struggle in search of their rights, correlating the causes and manifestations evidenced by journalism and using "*Offred*" as a reference, the character, and narrator of the work, to analyze the situation within the fiction and trying to understand the patriarchal system and its interference in women's rights. This project will be achieved by comparing the work and the condition of women in usual days, using available literature as supporting elements. The analysis suggests that even being considered a work belonging to the science fiction genre, *-The Handmaid's Tale* shows characteristics that already exist in a social context and reveals criticism of this type of patriarchal system. In this way, the work fulfills its dystopian function, which is to present a possible future based on facts and events that permeate current society and that are part of journalistic work.

Keywords: Rights, Women, The Handmaid's Tale

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mulheres na produção agrícola.....	13
Figura 2- Homens e mulheres executando tarefas.....	14
Fig. 3 – Roupas usadas pelas mulheres neste período.....	27
Fig. 4 – Jovens mulçumanas nas universidades	28
Fig. 5 – Vestimenta das mulheres hoje.....	33
Fig. 6 – Mulheres durante o protesto pró-hibaj em Teerã, em 2006	33
Fig. 7 – Da esquerda para a direita, figurinos das esposas, tias e aias.....	34
Fig. 8 – Figurino das Não-Mulheres.....	34
Fig. 9 – Figurino das Marthas.....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. HISTÓRICO	12
2.1. Gênero e patriarcado.....	14
2.2. A mulher como objeto de reprodução	16
2.3. A violência praticada contra as mulheres	17
3. AS REINVINDICAÇÕES DOS DIREITOS FEMININOS.....	19
3.1. O movimento feminista	20
4. O CONTO DA AIA	23
4.1. A realidade das mulheres islâmicas	26
4.2. Ficção e realidade: verossimilhança entre a narrativa “ <i>O Conto da Aia</i> ”, a informação jornalística e a atualidade	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o contexto presente na narrativa “*O conto da Aia*” e avalia o que se enquadra na atualidade, a fim de identificar nos fatos narrados na obra se há alguma verossimilhança com a condição da mulher nos dias de hoje. Apesar de ser uma obra literária, a mesma evidencia aspectos do jornalismo ao buscar na realidade temas que retratam o cotidiano de mulheres em uma sociedade patriarcal e, mais especificamente, a regressão dos direitos femininos.

Tal abordagem se justifica pela perduração do sistema patriarcal como forma de dominação política, econômica, religiosa, moral e social e pelos reflexos já encontrados nas civilizações, principalmente para com o público feminino.

Em uma entrevista, Margaret Atwood afirma que, ao escrever o livro, não inseriu nada que não tivesse acontecido na vida real em algum lugar e algum momento. Sobretudo os direitos femininos que ao longo da história foram negados às mulheres ou colocados socialmente em situação de inferioridade. Ao referenciar a situação das personagens na República de Gilead, a autora traz à tona o fato de que por muitos séculos, nas mais variadas realidades sociais, as mulheres viveram submetidas a uma posição de controle, longe do espaço público e sem condições de exigir um tratamento decente.

Porém, a história das mulheres não se resume à opressão, pois semelhante ao “*O conto da Aia*”, existem aquelas que não se deixam reduzir por um governo totalitário e tornam-se símbolo de luta e resistência enfrentando preconceitos e discriminações.

Assim se questiona: diante dos fatos narrados na obra e a atual condição da mulher na sociedade, é possível afirmar que “*O conto da Aia*” encontra verossimilhança com a realidade?

Para desenvolvimento do trabalho foi usado como tipo de pesquisa a analítica. O objetivo da análise é reunir as informações de forma coerente e organizada visando a responder o problema de pesquisa. A interpretação proporciona um sentido mais amplo aos dados coletados, fazendo a relação entre eles. (DENCKER, 2000)

Todas as informações importantes constatadas na pesquisa devem ser apresentadas em forma de texto, ou de elementos de apoio ao texto, se for necessário, como figuras, quadros, gráficos e tabelas. Pode-se apresentar um quadro compreendendo o período em que realizaram as atividades da pesquisa. (SILVA, 2008)

Foi feita uma análise da obra literária “*O conto da Aia*”, com ênfase na personagem Offred. Além dela, foi feito um paralelo da vida das mulheres islâmicas antes da Revolução islâmica do Irã, ocorrida na década de 1970 e, para complemento do trabalho foram pesquisados telejornais, literatura e blogs para mais informações sobre a temática.

No segundo capítulo foi feita uma retrospectiva histórica sobre como as antigas civilizações, formadas por homens e mulheres, viviam e como o patriarcado passou a reger as relações sociais. E ainda, como a mulher transformou-se de líder de bandos a objeto de reprodução, assim como as violências sofridas por ela. No terceiro capítulo apresentamos as reivindicações dos direitos femininos como forma de romper com imposições do patriarcado, evidenciando o grande marco que foi e é o movimento feminista, bem como as conquistas obtidas através dele. O quarto capítulo é o ponto principal do trabalho, onde é feita a análise da obra “*O conto da Aia*” que é o objeto de estudo deste artigo e, assemelhando-se à protagonista, é narrado o enredo do livro para conhecimento do leitor e para que seja traçado um paralelo com a realidade das mulheres islâmicas. Por fim, o quinto capítulo apresenta a verossimilhança entre a ficção do livro e os fatos já ocorridos em nossa sociedade, em específico, as notícias dadas pela mídia/imprensa diariamente como forma de prevenção e acima de tudo alerta.

2 HISTÓRICO

Há um pensamento de que todas as sociedades existentes vivem sob um sistema patriarcal, onde o homem é o centro de todas as ações e decisões tomadas. Mas é importante frisar que tal fato nem sempre foi ou é realidade para todos os povos, como por exemplo, os Índios Montanhese. Nesta sociedade de caçadores-coletores, as mulheres possuíam mais autonomia que o homem (Figura 1). Em 1953, ao estudar este povo Eleanor Leacock constatou que

No quadro da divisão do trabalho, cada sexo assumia suas tarefas e tomava suas decisões sem que o outro o controlasse. Por outro lado, e mais profundamente, nessa economia de caça-colheita não existia uma verdadeira separação entre economia doméstica e economia social de qualquer tipo. O trabalho da mulher não aparecia como uma atividade privada, menor, doméstica [...]. (GODELIER apud LEACOCK, 1980, p. 14)

Desta forma, essa sociedade vivia de maneira mais igualitária, onde não havia chefe, mas uma cooperação entre homem e mulher. A autonomia dessas mulheres não se refere à superioridade que tinham em relação ao homem, pelo contrário, comprova que possuíam a mesma condição de vida, localidade e objetivo, ou seja, a sobrevivência como também, a mesma influência sobre as decisões dos grupos. (GODELIER apud LEACOCK, 1980, p. 14)

Nesse tempo as mulheres não eram tidas como totalmente subordinadas ao homem, tanto é que, pelo seu grau de autonomia, eram elas as responsáveis pelo provimento de 80 % da subsistência, e majoritariamente determinavam os movimentos e os locais de acampamento das sociedades de bando. (Figura 2) (Zerzan p. 2) À época, havia parceria entre ambos os sexos e os homens –exerciam pouco ou nenhum controle sobre o corpo da mulher ou das crianças, não havia fetiches sobre a virgindade ou castidade, e não havia exigência de exclusividade sexual da mulher. (MILES, 1986, p.16/ Z p 3)

Segundo o antropólogo Mark Dyble –foi apenas com o advento da agricultura, quando as pessoas começaram a acumular recursos, que surgiu a desigualdade (DYBLE, 2015, s.p), já que muitas tribos formaram padrões de moradia mais estáveis e os homens passaram a cultivar porquanto dispunham de força física, e às mulheres foi limitada a função de procriar e cuidar dos filhos. Conjuntamente, a domesticação dos animais levou à prosperidade econômica e ao conceito de propriedade privada. Sobre este último, afirma o filósofo Jean Jacques Rousseau:

-A origem dos males da civilização, como a desigualdade, estava no aparecimento da propriedade privada, que produzia uma forma de conduta moral degenerada das pessoas, com sentimentos como o egoísmo e o desejo de posse. (ROUSSEAU apud LOUREIRO, 2015, s.p.)

Com o estabelecimento da civilização e da divisão de trabalho entre os sexos surge então, por parte do homem, o controle da sexualidade e da reprodução da mulher.

Muitos acreditam que as civilizações antigas foram matriarcais, regidas pela supremacia feminina, contudo, -nem antropólogos, nem arqueólogos, incluindo feministas, encontraram evidências de tais sociedades (ZERZAN, 2011, p. 2) e, uma vez que tamanha importância e poder nunca foram utilizados para dominar o outro sexo, a afirmativa torna-se infrutífera.

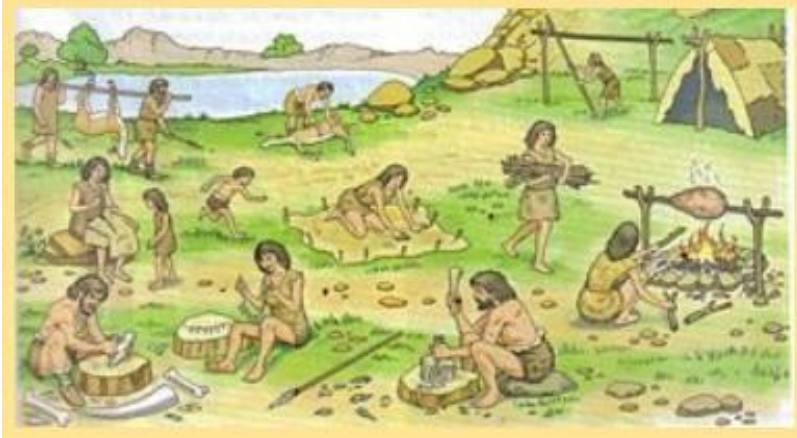
Feito o exposto, o questionamento é: quando a mulher passou a ser considerada inferior ao seu correlativo masculino?

Figura 1- Mulheres na produção agrícola



Fonte: <http://soprahistoriar.blogspot.com.br/2009/07/resumo-paleolitico-e-neolitico.html>

Figura 2- Homens e mulheres executando tarefas



Fonte: Imed <<https://www.imed.edu.br/Comunicacao/Noticias/desafios-da-educacao-no-seculo-xxi---a-ameaca-fantasma>>

2.1 Gênero e Patriarcado

Essencialmente, a civilização é vista como a história da dominação da mulher e da natureza. Paralelamente, o patriarcado representa o domínio sobre a natureza e a mulher. O termo patriarcado é comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina.

Apesar de inseparáveis, gênero e patriarcado tratam-se de situações distintas. O gênero se refere, limitadamente, à construção social do masculino e feminino, já que não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Já o patriarcado surgiu como um sistema estruturador das relações de gênero, e está presente em nosso meio como um modelo que oprime e restringe a liberdade de muitas pessoas, não somente de mulheres. Deste modo, com o surgimento dos termos -homem e -mulher, advindos de um construto social, os indivíduos passaram a ser concebidos já com funções impostas pelo sexo biológico e gênero. No patriarcado o homem é colocado como a totalidade e o centro das atividades de uma sociedade, enquanto a mulher é compreendida como —o outro. Sobre isso, Heleieth I. B. Saffioti afirma

Como todas as pessoas são a história de suas relações sociais, pode-se afirmar, da perspectiva sociológica, que a implantação lenta e gradual da primazia masculina produziu o desequilíbrio entre animus e anima em homens e em mulheres, assim como resultou deste desequilíbrio, (PATEMAN, 1993 apud SAFFIOTI, 2011, p. 55).

Ou seja, a partir da distinção entre ambos o sexos, originou-se ainda o desequilíbrio, o que podemos chamar de desigualdade social, visto que um passou a dominar sobre o outro em quase todas as esferas.

Para Max Weber (1991) –o patriarcado é um processo cultural e estrutural em que o homem possui o poder sobre tudo o que é considerado seu, inclusive sua esposa, tendo direitos concretos sobre o uso e o gozól.

O patriarcado está presente na sociedade de diversas formas e se apresenta em contextos completamente diferentes. Ele atua como um sistema que estrutura os vínculos sociais, modelando as relações de gênero que podem ser tanto entre um homem e uma mulher, como entre homens e mulheres.

O patriarcalismo (sic) estaria na base da divisão sexual do trabalho e surge, por sua vez, dos fundamentos materiais da sociedade. –[...] o que me parece seguir um raciocínio semelhante: as relações sociais organizam as divisões da sociedade, e a divisão sexual do trabalho é um locus fundamental das relações entre os sexos|| (LOBO, 1992, p. 259).

Pateman afirma que o patriarcado se originou de um contrato, onde o social refere-se à liberdade do homem e o sexual, da sujeição da mulher. No contrato original, ambas existem, a liberdade e a dominação, o que resultou no direito patriarcal dos homens sobre as mulheres. (PATEMAN, 1993 apud SAFFIOTI, 2011, p. 53,54). A autora explica que o patriarcado moderno foi descoberto com a criação do contrato original, ou seja, com o advento da sociedade civil contratual, e ainda evidencia como os teóricos do contrato social negligenciaram o contrato sexual e implementaram o patriarcado moderno. Mesmo que negligenciado, o contrato sexual é comprovado ao sustentar a ideia de que o patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido. (Saffioti apud Pateman, 1993, p. 41)

Como apontado, o patriarcado modela as relações de gênero em uma sociedade, contudo o termo gênero somente ganhou notoriedade na década de 1990, principalmente em universidades e organismos internacionais. Para estes citados, particularmente, foi apropriado de forma isolada como se gênero fosse unicamente sinônimo de mulheres, sendo somente na década de 2000 que começaram a despontar os estudos sobre o masculino. Tanto é que esse sistema de dominação é tão intrínseco às relações sociais que –nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcadoll (SAFFIOTI, 2011, p. 101), sendo naturalizado de modo que,

muitas vezes, é acionado por mulheres, ou seja, o próprio gênero vitimado naturaliza tais atitudes de dominação.

Como destaca Pateman

[...] é urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito de patriarcado representaria a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais na análise política. (Pateman, 1993 apud SAFFIOTI, 2011, p. 55)

É indispensável que haja estudos constantes sobre o tema, dado que a perda do conceito de patriarcado pode ser considerada como negativa para a sociedade. É importante que a conjuntura que envolve tal palavra seja comumente conhecida para que, a partir daí, sirva como desenvolvedor das interferências necessárias para dissipar as atitudes buscando formas de enfrentamento e superação do problema.

2.2 A mulher como objeto de reprodução

Podemos afirmar que a categorização de gênero está ligada, muito profundamente, à problemática do patriarcado, uma vez que são consideradas como particularidades da masculinidade e da feminilidade apenas o fator biológico. Todavia, até mesmo o conceito do que é feminino, segundo Simone de Beauvoir (1949), é empregado pelo homem. A autora afirma que –pela categoria de gênero, a mulher não é determinada por ela mesma, mas pelo olhar do homem. (Beauvoir, 2016) Partindo da ideia de que a realidade é interpretada pelo olhar masculino, mostra a mulher como inessencial, tornando-se impossível vê-la como um sujeito.

Além de ser a origem da discriminação sexual, o patriarcado está presente no ambiente domiciliar, considerado a matriz das demais discriminações, tendo como uma das vertentes a imposição à reprodução.

Entende-se por direitos reprodutivos o direito de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos, bem como o direito a ter acesso à informação e aos meios para a tomada desta decisão. (Parágrafo 7.3 do Programa de Ação do Cairo, 1994). Em 1994, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, uma consoante da definição de direitos sexuais foi prevista no parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim:

Os direitos humanos das mulheres incluem seus direitos a ter controle e decidir livre e responsabilmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências. (IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1994)

Os direitos reprodutivos são correspondidos aos direitos humanos e direitos fundamentais, no entanto, é notável que para as mulheres, a impossibilidade de poder usufruí-los enfatiza a discriminação entre os gêneros expondo que muitas vezes elas são –coisificadas|| como um objeto de reprodução. Os tabus sociais dizem que a mulher precisa ter filhos, já que biologicamente só esta pode gerar vida.

Segundo Lutero, o sentido da vida de uma mulher é procriar

O trabalho e a palavra de Deus dizem-nos claramente que as mulheres devem ser usadas ou para o casamento ou para a prostituição. Se mulheres se fartam e morrem ao dar à luz, não há nenhum mal nisso. Deixai-as morrer, contanto que deem à luz: elas foram feitas para isso. (MARTINHO LUTERO, 1883, s. p.)

Infelizmente, muitos se utilizam até mesmo de conceitos religiosos para afirmar o –papel da mulher||, colocando sobre elas uma pesada responsabilidade e esperam que sejam respondidos positivamente. Se a mulher opta por não ter filhos, então é classificada como sem valor ou sem função. Contudo, a liberdade feminina, no âmbito da sexualidade, também deve ser respeitada, pois cabe à mulher decidir a quantidade de filhos, quando tê-los, e também sobre não os ter. (SOUSA, 2010, p. 4.906) e não tolerar que sua sexualidade seja invadida e controlada, violando a sua privacidade e seus direitos individuais.

2.3 A violência praticada contra as mulheres

Oriunda do sistema patriarcal, a violência transformou-se em um fato social cada vez mais presente no cotidiano, seja através de notícias propagadas pela imprensa, pelos debates acadêmicos, pelos estudos teóricos ou nos lares.

A conservação da construção social de gênero fez com que esse problema se tornasse ainda maior, afetando especificamente mulheres, independente da sua cor, crença, classe social,

etc. Tais atos de violência são incitados, em sua maioria, pelo sexo masculino, por sentimentos de posse, de intolerância, desrespeito, preconceitos e machismo e que ocasionam inúmeros danos à vítima, principalmente, físicos e psicológicos. Em seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define que –a violência se dá quando se usa a força física ou o poder, de maneira real ou sob ameaça, contra si mesmo, outro indivíduo, um grupo ou uma comunidade, causando ou vindo a causar lesão, morte, problemas psicológicos, deficiência no desenvolvimento e privação. (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012, p.3)

A lei 11.340/2006 define quais são os tipos de violência contra a mulher e o delimita em cinco tipos: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. (Brasil, 2006) Lamentavelmente, esses cenários podem ser encontrados em todos os ambientes, seja no âmbito domiciliar, no trabalho, nas relações sociais ou nos espaços comuns. Um fato interessante é que na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário, alcançar a igualdade entre os gêneros é um dos 17 objetivos. No entanto, na Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, sigla em inglês) que foi promulgada em 1979, também pela ONU e ratificada por 188 países, já definia como discriminação. (RAMOS, 2020)

toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (artigo 1º, CEDAW).

Logo, entendemos que ante a lei, homens e mulheres são iguais, ou seja, constituem uma ideia de equidade. Todavia, mesmo com leis sendo constantemente criadas e sancionadas, o que acontece na realidade é bem diferente. Essas leis não sendo suficientes, fazem com que muitas vezes as mulheres se defendam e lutem por si próprias.

3 AS REIVINDICAÇÕES DOS DIREITOS FEMININOS

Um pensamento machista defendido pelas ideias da Igreja Católica e da ciência marcou o início do século XIX, em que acreditava que –a mulher era inferior por sua condição física, devendo ficar reservada somente à função de procriação e aos afazeres domésticos. Cientes de que o mundo tornava-se construído pela superioridade masculina, as mulheres passaram a lutar por direitos que lhes foram negados. A maior e mais significativa conquista, foi o direito ao voto, em princípios do século 20, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra.

No Brasil, o direito ao voto foi estendido às mulheres brasileiras em 1932, mas de acordo com o Código Eleitoral vigente na época, só poderiam votar as mulheres que exercessem profissões lucrativas, o que era raro naquele período. (RICHARTZ, 2007)

Não só pelo direito político, as mulheres no mundo passaram a reivindicar também por educação, instrução, igualdade e cidadania, para que assim pudessem sair da bolha do ambiente doméstico para o espaço público, garantindo direitos individuais e coletivos que lhes afiançassem a condição de cidadania plena. Foi, de fato, um ato de coragem e avanço, se comparado com o silêncio e a rigidez das épocas anteriores, em que raramente as mulheres se faziam ouvidas e conseguiam romper barreiras impostas ao seu sexo. Desafiando o papel feminino tradicional, mulheres começaram a participar de movimentos estudantis, partidos e sindicatos, também era possível encontrar muitas da classe operária trabalhando nas fábricas têxteis ou como empregadas domésticas, entre outras ocupações. Já entre as de classe média encontravam-se professoras, enfermeiras e secretárias e, mesmo de forma não contínua, trabalhar sempre significou um grande avanço.

Além de lutarem para ser protagonistas no cenário político, as mulheres passaram a lutar por direitos sobre o próprio corpo – incluindo o prazer sexual -, somando-se a isso, o rompimento de padrões de beleza impostos pela sociedade. Segundo a socióloga Rachel Abreu (2019), a forma física da mulher foi colocada a serviço de propósitos sociais, militares ou, por vezes, religiosos. Considerando a relevância do assunto, tornou-se igualmente uma pauta dos direitos femininos a ser conquistada.

Contudo, mesmo com todas as conquistas efetivas, ainda há muito por fazer e lutar, haja vista que os direitos femininos nunca serão de fato sólidos em uma sociedade em crise, seja ela qual for. Sobre isso Simone de Beauvoir, no século XX, já dizia:

–Nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá de se manter vigilante durante toda a sua vida. (BEAUVOIR, [19---]).

Conscientes disso, mulheres em todo o mundo passaram a idealizar movimentos com o propósito de ocupar espaços e produzir elementos e ferramentas de resistência para manutenção e conquista de direitos. Dessa vertente nasce então o Movimento Feminista.

3.1 O movimento feminista

Muito se fala sobre o feminismo atual, mas pouco sobre as raízes que deram início a um dos maiores atos de coragem demonstrados pelas mulheres. Um conceito irrompido no século XIX, o feminismo surgiu como um movimento filosófico, social e político, tendo como principal característica a luta por igualdade de gênero e, por conseguinte, a atuação da mulher na sociedade.

Diante da evidente inferioridade em relação aos homens, por não usufruírem dos mesmos privilégios da época como, por exemplo, ler, escrever, guerrear e poder escolher, a mulher viu-se refém de uma sociedade patriarcal, onde suas atribuições se resumiam em tarefas domésticas e à educação dos filhos, essa era sua ocupação fixa e inquestionável. Frente a isso, Grisci (1994) afirma que, –a sociedade patriarcal, alicerçada na propriedade privada, a família e a superioridade masculina, além da natureza feminina que possibilita a reprodução, transformaram as mulheres em elementos de exploração e opressão. (GUEDES apud GRISCI, 1994, p. 3)

Dispostas a lutar pela igualdade econômica, política e por liberdade, o movimento feminista ganhou protagonismo e teve marcos iniciais na década de 60, nos Estados Unidos e Europa, onde eclodiram vastas discussões sobre a temática. De caráter meramente didático, o movimento foi dividido em três –ondas feministas, já que a cada momento mais reivindicações surgiam. Mesmo com a ideia de etapas, o fenômeno é contínuo e continua a permear, ainda que não de maneira harmoniosa, no cenário acadêmico e social.

Assim, o feminismo da –primeira onda foi marcado pelo voto feminino e pelos direitos à educação e ao trabalho. Ocorrida em meados do século XX, essa fase foi caracterizada pela exigência, por parte das mulheres, dos diversos direitos que já estavam sendo debatidos — e conquistados — por homens daquela época. Pode-se dizer que este início do movimento,

classificado como –liberal, tinha o propósito de retirar a mulher do espaço privado e inseri-la no espaço público, a princípio lutando por frequentar a escola e votar. (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2019, p. 5)

Ganhando cada vez mais espaço, o movimento feminista dá início à –segunda onda por volta dos anos 50, que se estende até meados dos anos 90. Foi nesta época que a busca por uma igualdade entre homens e mulheres e pela valorização de suas diferenças, tornou-se objeto de estudo e discussões, e mais profundamente, começaram a construir teorias a respeito da opressão feminina. Por isso, a segunda onda é citada por muitos como –feminismo radical, pois, segundo Fraser (2016, p. 39-40) –foi ultrapassado o conceito de injustiça relacionado à desigualdade social e buscou-se enfrentar um conceito de justiça mais amplificado.

Muito possivelmente neste período em que começou a diferença entre sexo e gênero sendo distintos de característica biológica e construção social, igualmente surgem os protestos contra concursos de beleza e padrões corporais impostos pela moda. Foi uma etapa fundamental para a inserção de mulheres negras e pobres, que até então não estavam tão assemelhadas ao grupo pertencente à primeira onda e que precisavam buscar acessos diferentes para que pudessem garantir igualdade. (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2019, p. 8) Dessa vertente é fundado o feminismo negro, movimento independente formado por mulheres negras, lésbicas e da classe trabalhadora, que defendiam a igualdade de classe, raça/etnia e sexualidade, principalmente.

A –terceira onda começou na década de 1990 juntamente com as várias mudanças que aconteciam na sociedade ocidental. Esse momento colocou em discussão a micropolítica e intensificou as pautas relativas à questão cultural, social e política da cor. No que diz respeito à cultura, o terceiro ciclo do feminismo foi associado ao surgimento de grupos punk femininos, os quais tinham como ideologia a negação a corporativismos e a defesa do –faça você mesmo (*do it yourself*). Todavia, o ápice desta onda foi a mudança de foco central do feminismo, até então limitado às mulheres, para as chamadas –relações de gênero. (NARVAZ; KÖLLER, 2006, p. 649) Foram introduzidas perspectivas mais fluidas sobre masculinidade aos homossexuais, transexuais, bissexuais, assexuados, enfim, toda a Teoria *Queer*¹.

¹ Teoria desenvolvida nos EUA a partir da década de 90 do século XX por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, mas como principal desenvolvedora Judith Butler. A palavra *queer* é traduzida por estranho, excêntrico, raro e extraordinário. Os estudos *queer* adquirem todo seu poder com a invocação que o relaciona com patologias e insultos e representam a transgressão quanto a uma sociedade heteronormativa, destacando a realidade social e cultural de uma minoria excluída - os homossexuais. Disponível em:

Siqueira e Bussinguer fazem a seguinte afirmação

A perspectiva desta fase do movimento é a de que não há apenas homens e mulheres, divididos nesses dois grandes grupos por determinação biológica, mas toda uma gama de pessoas que não se encaixam nesse padrão pré-determinado e que também precisariam sair da invisibilidade, inclusive no tocante ao mercado de trabalho. (2019, p. 9)

Finalmente a –quarta ondall pode ser entendida como a luta feminista na atualidade, caracterizada pelo uso maciço das redes sociais para organização, conscientização e propagação dos ideais feministas. Tendo como pautas frequentes a cultura do estupro, a representação da mulher na mídia, os abusos sofridos no trabalho e nas universidades e a relevância das denúncias desses casos. (FRANCHINI, 2017)

Após todo o processo – inacabável – é possível vislumbrar mulheres em espaços públicos, no mercado de trabalho, buscando aspirações e empregos mais relacionados à função intelectual. A história desse movimento é árdua, e depois de muito preconceito e tabus sociais, pode-se dizer que expressões como –feminismo|| e –igualdade de gênero|| estão aos poucos deixando de ser palavrões para serem jargões midiáticos. (FRANCHINI, 2017)

Segundo Franchetto (1981), o movimento levantou questões que conjecturam que a identidade feminina foi socialmente construída e foi por isso que as mulheres foram em busca de romper com essa prática de opressão. Assim, as lutas femininas ganharam espaço na sociedade, não de forma plena, pois é fato que a mulher ainda não obteve êxito no reconhecimento social e financeiro, mas ainda assim, de maneira que não mais aceite ser vista como inferior ao sexo oposto.

4 O CONTO DA AIA

Considerado um livro do gênero ficção científica, *O Conto da Aia* (*The Handmaid's Tale*, no original) é um romance distópico escrito pela canadense Margaret Atwood, em 1985. A obra tornou-se mundialmente conhecida por protagonizar mulheres fortes e levantar uma crítica a valores tradicionais da sociedade patriarcal, em especial cristãos, e ao feminismo da chamada Segunda Onda.²

“*O Conto da Aia*” nos apresenta a Gilead, o que anteriormente foram os Estados Unidos da América, uma república patriarcal, teocrática e totalitária implantada por um grupo de radicais religiosos, chamados Filhos de Jacó, após um golpe de Estado. Tudo se deu porque a sociedade ocidental começou a sofrer com várias crises climatológicas e de fertilidade, sendo que não havia nascimentos de crianças e quando nasciam, vinham logo a óbito. O problema de infertilidade foi associado à poluição, mais especificamente ao cultivo inorgânico de alimentos, à radioatividade e também ao uso de métodos contraceptivos e um castigo de Deus por tantos abortos. Assim, os Filhos de Jacó acreditavam que um rígido controle das funções de cada gênero poderia resolver tal adversidade.

Após uma sucessão de ataques direcionados ao Congresso, à Suprema Corte e à Casa Branca, o grupo radical tomou o poder nos EUA. De início, houve protestos, manifestações e marchas em oposição ao novo governo, mas os cidadãos passaram a ser coibidos com violência e brutalidade pelos –Guardiões da Féll.

Foi depois da catástrofe, quando mataram a tiros o presidente e metralharam o Congresso, e o exército declarou um estado de emergência. Na época, atribuíram a culpa aos fanáticos islâmicos. [...] O governo inteiro massacrado daquela maneira. Como conseguiram entrar, como isso aconteceu? Foi então que suspenderam a Constituição. (ATWOOD, 2017, p 208)

Com a instauração de Gilead já não existem mais jornais, revistas, livros e filmes. Não existem mais universidades, nem profissionais, como advogados, professores e médicos. Nesse

² A segunda onda do feminismo aconteceu durante os anos 60 e 80. Foi um período de atividade feminista em massa nos EUA que se espalhou por todo o ocidente e além. Essa fase, conhecida como –a mais radical do movimento, incluiu mulheres de todas as origens e comunidades oprimidas, e ampliou debates como: sexualidade, família, mercado de trabalho, direitos reprodutivos e desigualdades.

Expressões como —Liberação das mulheres!, protestos feministas, como a famosa queima de sutiãs, ficaram associados a essa fase do feminismo. Camargo, Orson. "Fases do feminismo"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/feminismo-que-e.htm>> Acesso em 28 de março de 2021.

estado, os cidadãos considerados transgressores são fuzilados e pendurados mortos no Muro, em praça pública, para dar-se exemplo aos demais. Mas, as vítimas principais são as mulheres que perderam todos os seus direitos e foram categorizadas em Esposas (as intocáveis), Marthas (as serviçais), Aias (as reprodutoras), Tias (educadoras das Aias) e Não-mulheres (inférteis, homossexuais, viúvas e feministas). (LIMA, 2017)

Semelhantemente, os homens foram divididos em: Comandantes, mais alto escalão. Os guardiões, que eram soldados e fiscais nos postos de identificação ou na residência dos Comandantes e os Olhos, que investigavam e matavam quem ousava contrariar a moral e as ordens impostas.

Nesse contexto, em que a queda de natalidade chegou a níveis baixíssimos, toda mulher em idade fértil ou que já havia tido filhos é obrigada a reforçar a manutenção desse novo sistema. Sendo assim, as aias têm um único propósito: procriar, passando pela fase de engravidar, dar à luz e amamentar o bebê até o momento de entregá-lo aos Comandantes e suas esposas.

Offred, protagonista e narradora da obra, é uma aia e descreve os deveres cotidianos, os rituais de orações e expurgos, as violências de que é alvo ou mera observadora, as Cerimônias e, ao mesmo tempo, suas memórias. (RIBEIRO, 2019; ABREU, 2019) A Cerimônia é o ato sexual ritualizado que os Comandantes, suas esposas e as aias praticam para conceber uma criança. Dado que as aias não têm escolha em participar, é considerada uma forma de estupro. Na data marcada – dia em que a aia está no período fértil – todos da casa se reúnem antes do ato para a leitura da Bíblia e oração. A passagem bíblica lida pelo patriarca da casa é a seguinte:

–Vendo Raquel que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã, e disse a Jacó: Dá-me filhos, se não morro. E ela disse: Eis aqui minha serva Bila, coabita com ela, para que dê à luz sobre meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela (GÊNESIS 30: 1-3).

Após a primeira parte do ritual, Comandante, esposa e aia vão para o quarto e ali o estupro é concretizado, com todos vestidos já que o objetivo da cerimônia não é o prazer sexual, mas sim a fecundação da criança. E seguindo fielmente o versículo bíblico, a aia se deita entre as pernas da esposa, com a cabeça no abdômen, enquanto o homem envolvido –cumpre sua função no ritual. As relações sexuais fora da Cerimônia, em qualquer outro momento, ou com qualquer outra pessoa além do Comandante a quem são designadas, são consideradas fornicação e pecaminosas. Caso não consiga reproduzir no período de dois anos, a aia é condenada a trabalho forçado nas Colônias, ambiente altamente tóxico e com extremo nível de radiação. Este ponto

talvez seja tido como o mais revoltante, visto que, a maioria dos Comandantes era de idade avançada e muitos deles inférteis, evidentemente não dariam filhos às suas esposas.

Com tamanha brutalidade a que estão aprisionadas, as aias não conseguem escapar de Gilead e seu sistema, por isso, muitas se tornam depressivas, psicologicamente desequilibradas, chegando ao nível de loucura e suicídio.

A obra nos apresenta ainda a Casa de Jezebel, um local clandestino e afastado da civilização, onde somente alguns dos Comandantes e governantes tinham acesso. Lá as mulheres são usadas para prostituição e deleite dos homens, apontando que os criadores do novo governo descumprem suas próprias normas de conduta. As mulheres enviadas para trabalhar como prostitutas são aquelas que se rebelam contra o sistema e lhes são oferecidas duas escolhas: ir para as colônias ou para Jezebels, sendo que a existência de colônias é duvidosa, jamais alguém retornou de lá.

Os homens que frequentam este bordel fogem das doutrinas estabelecidas por eles, traem as esposas deliberadamente e alguns vão além e levam até mesmo suas aias. Como relatado pela protagonista

Há homens circulando entre elas, muitos homens, mas em seus uniformes escuros ou ternos, tão semelhantes uns aos outros que formam apenas uma espécie de pano de fundo. As mulheres por outro lado são tropicais, estão vestidas com todo tipo de trajes festivos bem coloridos. Algumas usam peças como a minha, com penas e brilhos, de corte cavado bem alto nas coxas, bem fundo nos decotes. Algumas vestem *lingerie* de tempos passados, camisolinhas bem curtas, conjuntos de baby-doll, de vez em quando um *négligé* transparente [...]. Há até mulheres com uniformes de animadoras de torcida, pequenas saias plissadas, letras de tamanho exagerado no peito [...]. Todas usam maquiagem, e me dou conta de quanto fiquei desacostumada de ver isso, em mulheres, porque seus olhos me parecem grandes demais, escuros e cintilantes, as bocas vermelhas demais, molhadas demais, mergulhadas em sangue e reluzentes; ou, por outro lado, exageradas demais, grotescas [...]. Olho ao meu redor de novo. Os homens não são homogêneos, como pensei de início. Lá adiante, junto à fonte, há um grupo de japoneses, de ternos de um tom cinza mais para o claro, e no canto mais afastado há uma mancha branca: árabes, naquelas amplas túnicas longas que eles usam, o pano que cobre a cabeça cingido por tiras listradas. (ATWOOD, 2017, p 278-279-281)

Como citado no trecho acima, observamos que além dos homens de Gilead, há também outros de diversas nacionalidades, evidenciando que as mulheres são usadas como mercadoria para livre comércio, pois o interesse desses não é apenas aproveitar das prostitutas da casa. Fora dali, o interesse é comprar as aias férteis e em seguida, implementar um sistema similar em seus países.

Mesmo diante do cenário de perigo, é criado um grupo secreto da resistência que trabalha para se opor e derrubar a República de Gilead, do qual podem participar todas as pessoas da sociedade, inclusive aias e Marthas. Os membros do grupo se identificam com o código –May dayl durante um diálogo; apesar de o governo ter conhecimento da existência deste grupo, tenta mantê-lo em silêncio, executando membros capturados sob acusações forjadas a fim de desencorajar a participação da população, uma vez que os cidadãos não recebem notícias nem informações sobre o grupo, devido a não existência da imprensa, logo não são instigados a unir-se a ele.

“*O Conto da Aia*” faz repensar a condição da mulher na sociedade atual, bem como seus direitos. Também remete a um futuro próximo onde as privações femininas são alvo daqueles do sexo masculino e os fundamentos cristãos radicais são levados ao pé da letra. Vale ressaltar que, como distopia, a obra traz certo desconforto por narrar que muitas coisas que antecederam tal tragédia são situações que ocorrem na contemporaneidade. Mulheres sofrem opressões, são silenciadas, perseguidas, assediadas, estupradas e mortas todos os dias – e isso não é apenas o enredo distópico.

4.1 A realidade das mulheres islâmicas

De nada adianta a análise de uma obra literária para uma estudante de Jornalismo, se não trazer à tona exemplos reais do assunto que estamos tratando. Por isso, para evidenciar que –O Conto da Aia é realidade em algumas culturas, vamos contextualizar sobre a vida das mulheres muçumanas, que mudou drasticamente após a implantação de um governo patriarcal no Irã. Sendo assim, pode-se supor que as iranianas tiveram suas vidas separadas por dois períodos, antes e depois da Revolução Islâmica.

Antes da revolução:

O Irã teve como modelo de governo a Turquia, que após o fim da Primeira Guerra Mundial e a abolição do Sultanato Otomano, foi reconhecida como uma República secular, bem como suas fronteiras. (MANGO, 2008 apud MORETÃO, 2017) Nesse cenário surge um militar chamado Mustafa Kemal, conhecido mais tarde de Atatürk (Pai dos Turcos) e eleito o primeiro presidente do país.

Atatürk criou programas de reformas sociais e políticas, que incluíam a abolição do

califado, o encerramento de escolas islâmicas e a substituição das leis islâmicas por leis seculares (Kayali, 2008). As leis civis, comerciais e o código penal foram modificados e baseados em modelos europeus. Já no Irã, em 1925, Reza Pahlavi chegava ao poder, tendo como objetivos de seu governo a modernização – ocidentalização – e independência iraniana. O novo xá tinha como inspiração o vizinho turco Kemal Atatürk, e suas políticas incluíram um código civil baseado em modelos europeus, a modernização do sistema de educação (se afastando da religião) e a eliminação de vestimentas típicas para homens e mulheres. (ADGHIRNI, 2014 apud MORETÃO, 2017)

No que diz respeito às mulheres, o governo Pahlavi as desencorajava a usar o véu e as incentivava a participar da política, dos negócios, das academias e dos esportes, além de lhes ter concedido o direito ao voto e o direito de serem eleitas. Com tamanha liberdade era possível ver um grande número de mulheres nas universidades, até mesmo as de áreas rurais. Também nesse período, roupas ocidentalizadas como jeans justos, minissaias, blusas de mangas curtas, acessórios como brincos e maquiagens tornaram-se usuais entre as iranianas. Visitas às praias e piqueniques com amigos e familiares eram cenas comuns, assim como o uso de salões de belezas por homens e mulheres. (ADGHIRNI, 2014 apud MORETÃO, 2017)

Fig. 3 – Roupas usadas pelas mulheres neste período



Fonte: AH Aventuras na História

Fig. 4 – Jovens mulçumanas nas universidades



Fonte: A.Abbas/ Magnun Photos

A revolução:

Em 1941, após ser deposto pela Grã-Bretanha e a Rússia, o xá Reza Pahlavi foi substituído por seu filho Mohammad Reza Pahlavi, que após dois anos no poder recebeu das potências – Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos – a independência do Irã e plenos poderes sobre o país. Na década de 1950, o xá, apoiado pelo ocidente, estabeleceu fortes políticas de modernização e ocidentalização do Estado, assim como se tornou cada vez mais opressor com a ajuda de sua polícia secreta, a Savak. (Moretão, 2017) Cansados de um regime corrupto e opressor, nacionalistas, esquerdistas, sindicalistas, religiosos e diversos outros movimentos uniram-se para derrubar o governo de Reza Pahlavi, o que resultou na fuga do xá para outro país e na instauração da Revolução Islâmica, em 1979, fundada por Ruhollah Khomeini, líder religioso e conservador que retomou os valores religiosos e tradicionais da cultura islâmica.

A revolução alterou assustadoramente a estrutura social do país, principalmente para as mulheres que em pouco tempo tiveram seus hábitos e práticas mudados. A partir daí, o *hijab* (véu islâmico) passou a ser obrigatório para todas as mulheres, independente de sua religião ou nacionalidade. Atos antes autorizados, como vestimentas, música, fumar ou dançar em público foram condenados, além da proibição de ocupar certos cargos. Prostitutas, homossexuais, marxistas e judeus passaram a ser cassados. (BBC News Brasil, 2019, s.p.)

As desigualdades de gênero sobressaíram durante a revolução e são mantidas até hoje, como por exemplo, o Código Civil iraniano, artigo 1133, afirma que o homem pode se divorciar de sua mulher quando assim desejar, já a esposa não possui o mesmo direito, podendo pedir o divórcio em situações específicas. Somada a esse dilema, surge ainda a questão da guarda dos filhos, que envolve a nacionalidade iraniana que só pode ser passada do pai para o filho e no caso de um novo casamento, a mãe perde a custódia da criança. Todas essas situações fazem com que mulheres permaneçam em casamentos infelizes e abusivos pelo bem dos filhos, mas que pode prejudicar sua saúde física e mental.

Atualmente no Irã, a luta por direitos acontece a partir de feministas seculares e feministas islâmicas. As feministas islâmicas abordam a perspectiva religiosa, a causadora de um Estado teocrático e que transformou as leis e normas de um país num regime radical.

É importante frisar que a Revolução Islâmica foi apoiada por muitos cidadãos, mas após 40 anos, os mesmos estão desapontados e temem o resultado das leis que passaram a reger o país. Sobre isso Abbas Abdi que testemunhou a revolução de 1979, afirma:

"Se tivéssemos sabido que nossos anseios não seriam cumpridos pelos próximos 40 anos, não teríamos apoiado uma revolução". (ABDI, 2019, s.p.)

4.2 Ficção e realidade: verossimilhança entre a narrativa “O Conto da Aia”, a informação jornalística e a atualidade

É possível afirmar que a confluência da literatura citada com o jornalismo dá-se pelo papel dos profissionais de comunicação em noticiar fragmentos da narrativa existentes no cotidiano, como medida educativa e de prevenção. Offred, a protagonista da obra, faz uma importante declaração ao dizer

[...] mas essas matérias eram a respeito de outras mulheres, e os homens que faziam aquele tipo de coisas eram outros homens. Nenhum deles eram os homens que conhecíamos. As matérias de jornais eram como sonhos para nós, sonhos ruins sonhados por outros. Que horror, dizíamos, e eram, mas eram horrores sem ser críveis. Eram demasiado melodramáticos, tinham uma dimensão que não era a dimensão de nossas vidas. (ATWOOD, 2017, p. 71)

Nota-se que os acontecimentos que anteviam a queda dos Estados Unidos e a inserção de um Estado totalitário eram tidos como recorrentes e comuns no dia a dia dos cidadãos, refletindo o que estava por vir. As notícias dadas pelos jornais, noticiários e demais veículos de

comunicação tornaram-se mais frequentes e, quando finalmente despertaram, o que vinha sendo noticiado agora estava inserido em sua própria sociedade.

E mais uma vez essa distopia cumpre sua função ao constatar que os meios de comunicação diariamente nos alertam para tais acontecimentos, seja uma mulher violentada pelo marido, outra estuprada quando voltava para casa e ainda outra assediada pelos colegas de trabalho. Em um mundo tecnológico, recebemos uma imensidão de notícias, tornando-se quase impossível filtrar o que é relevante ou não.

Porém, a maior problemática é quando existe uma generalização desses atos, quando, por exemplo, mais um caso de feminicídio é noticiado, nosso pensamento é –é só mais um caso nesse mundo violento agora, quando dados são noticiados em sua totalidade, como o fato de cerca de 18% das mulheres no planeta terem sido violentadas física ou sexualmente entre 2019 e 2020³ isso sim, nos alarma. Sendo assim, os comunicadores devem continuar exercendo sua função social, de maneira a advertir e alertar a população para acontecimentos naturalizados, mas que significam ou espelham um porvir.

Em “*O Conto da Aia*” os direitos femininos e todos os meios de comunicação foram extintos, demonstrando que o jornalismo dá voz às pessoas e as tornam detentoras de conhecimento e opinião diante de um governo regido pelo totalitarismo também está propenso a sucumbir. Essa necessidade de calar a população se dá pelo fato de que quanto mais conhecimento se tem mais forte se torna, quando a população tem capacidade de pensar sobre seus problemas e buscar soluções ela passa a ter força, por isso uma das primeiras atitudes dos dominadores de Gilead foi tirar o poder da imprensa.

Observa-se também nesse livro que os dominadores apropriam-se de alguns dogmas religiosos, fazendo um sincretismo de algumas religiões, ao mesmo tempo em que nos remetem ao Catolicismo ou Cristianismo e muito claramente ao Islamismo. Essa mistura de religiões e tradições é usada para dominar a população, o que deveria ser um direito de livre escolha, passa a ser algo imposto pelo autoritarismo e ao invés de libertar passa a oprimir, e dentro desse contexto surgem as –Aias que vão cumprir o papel de procriadoras, como é citada a referência bíblica de Hagar, serva de Abraão que teve um filho no lugar de Sara sua esposa. Porém muito mais além da religião que é utilizada como base de dominação, observa-se também que o meio mais –fácil

³ Dados do relatório –O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: Famílias em um mundo de mudança realizado pela ONU Mulheres.

para a mudança necessária foi a dominação, a imposição e o uso da força. Os direitos humanos foram os primeiros a serem violados, os indivíduos não tinham mais direito a nada, nem às suas propriedades, nem aos seus bens, e principalmente à sua liberdade, e quem não quisesse viver dentro do sistema era assassinado e pendurado no muro como exemplo para que todos pudessem ver. A população não se deixou dominar, houve manifestações e protestos como supracitado, no entanto, o poder de fogo dos dominadores era infinitamente maior que o da população, deixando-a assim vulnerável e sem saída.

No conto os homens também perderam seus direitos, eles foram realocados em suas funções, os jovens foram obrigados a servirem ao exército, os intelectuais e cientistas em sua maioria foram assassinados, porém as que mais sofreram com essa dominação foram as mulheres, talvez, por acharem que eram as mais frágeis, foram objetificadas pelos homens dominantes, e se antes do feminismo elas não tinham voz, agora em Gilead elas não tinham nada, nem o direito de falar livremente, conversar, as -Aias¹¹, especificamente não podiam conversar abertamente, nem entre si, eram vigiadas o tempo todo e não podiam falar, não tinham o direito de ler e nem de escrever, não importasse em qual situação fossem colocadas. Ou seja, quando se tira o direito ao acesso à informação, à leitura e à comunicação, a opressão é tamanha que faz com que o indivíduo se isole e autodestrua emocionalmente de tal maneira que acaba por resignar-se àquela condição imposta. Observa-se isso quando a personagem encontra uma frase talhada no armário de roupas, deixada pela aia anterior e aquilo traz a ela novos pensamentos, novas perspectivas e esperança, a faz lembrar-se de quando ela podia se comunicar, ler e falar, quando ela podia escolher como seria o seu dia, quais opiniões ter sobre determinado assunto, ou seja, ser uma cidadã, ser gente e sentir-se viva.

A verossimilhança do conto com a realidade de algumas nações é espantosa, ao lermos o livro automaticamente nos lembramos dos países que têm sua cultura baseada no Islamismo, como vimos na história das mulheres no Irã. Não se pode negar como “*O Conto da Aia*” nos remete a uma realidade latente. Países como a Coreia do Norte nem mesmo o acesso à televisão ou Internet é livre, em outros existe a liberdade de imprensa, de expressão, no entanto, ainda observa-se o preconceito contra a mulher, os maus-tratos e o -machismo¹² imperando sobre a população de maneira velada. Muitas mulheres ainda sofrem maus-tratos, já que os abusos vão além do físico, o abuso psicológico é um dos mais recorrentes, e assim as mulheres continuam sendo dominadas.

Similarmente, diante das várias evoluções, o patriarcado se reinventou e atua de forma mais sutil, mais velada e disfarçada. E, lamentavelmente, nem mesmo com toda a luta do movimento feminista e suas conquistas, podemos afirmar que a mudança da condição feminina na sociedade acontecerá de maneira efetiva, ainda existe um longo caminho a ser traçado.

Uma das mudanças mais visíveis desse novo governo está na vestimenta, agora as mulheres sendo obrigadas a usar os trajes islâmicos (figuras 5 e 6), como o véu e/ou a burca, o que não acontecia antes (figuras 3 e 4) já que as mulheres tinham liberdade de frequentar as universidades, de vestir-se da maneira que quisessem, e depois esses direitos foram tirados delas. Assim como no Conto da Aia, em que as mulheres foram separadas por categorias e cada uma delas tinha uma vestimenta específica. Mais profundamente, essa sociedade passa a dividir as mulheres de acordo com as características que consideram importantes para a nova estrutura social e política. As Esposas vestem-se inteiramente de azul (figura 7), sempre de vestidos, cabelos presos e sem maquiagem. Elas são o mais alto grau social das mulheres e empregam funções exclusivas do lar.

As aias se vestem de túnicas vermelhas e chapéus que impossibilitam olhar para os lados (figura 7). Elas têm o único papel de reproduzir, sendo permitido apenas irem às compras no mercado local acompanhadas de outra aia vizinha. Todas têm seus nomes mudados de acordo com a casa do comandante a quem servem. Como é o caso de Offred, a protagonista, o nome do comandante a quem ela serve é Fred, assim, vindo do inglês “*of*”, de Fred, como um sinal de posse. Já as Marthas, vestidas de um verde-escuro (figura 9), são as governantas e empregadas domésticas nas famílias de alta classe.

As tias, sempre vestidas de marrom (figura 7), são instrutoras de aias e as ensinam como se portar nos lares para onde vão, como deverão colaborar para a Cerimônia e quando são desobedecidas, aplicam punições severas às aias. Por fim, as Não-Mulheres são as estéreis ou as que se rebelam contra o sistema de Gilead e acabam sendo enviadas às Colônias. (figura 9).

É notável que uma das grandes mudanças trazidas pela Revolução Islâmica foram as vestimentas; as mulheres podem usar a roupa que desejar por baixo, contanto que as cubra com a burca e utilizem, obrigatoriamente, o *Hijab*. Muito semelhantemente, no “*O Conto da Aia*”, as mulheres já não podem mais vestir-se como querem, pois são obrigadas a usarem uniformes que as separam, categorizam e determinam suas funções na República de Gilead. Ainda que sutis, são

atos como esses que evidenciam o declínio de uma sociedade autoritária e moldada a tabus religiosos, onde mulheres são regradas até como devem ou não vestir.

Fig. 5 – Vestimenta das mulheres hoje



Fonte: Getty Imagens

Fig. 6 – Mulheres durante o protesto pró-hibaj em Teerã, em 2006



Fonte: Getty Imagens

Fig. 7 – Da esquerda para a direita, figurinos das esposas, tias e aias



Fonte: Courtesy Hulu

Fig. 8 – Figurino das Não-Mulheres



Fonte: George Kraychyk/Hulu

Fig. 9 – Figurino das Marthas



Fonte: Entreter-se – Filmes e Séries

A obra se tornou um sucesso e ganhou sua adaptação, em 2016, para uma série televisiva com o nome original “*The Handmaid’s Tale*”. Como qualquer recurso audiovisual a série aponta os conceitos de mutilação de direitos e expressão e revela cenas angustiantes das mulheres de Gilead, que como citado anteriormente, foram divididas em castas.

A série, transmitida pela plataforma de streaming Hulu, conta com quatro temporadas e tem em seu elenco principal Elisabeth Moss, Joseph Fiennes, Yvonne Strahovski, Alexis Bledel, Madeline Brewer, Ann Dowd, O. T. Fagbenle, Max Minghella, Samira Wiley e Amanda Brugel. O drama foi vencedor de 11 prêmios Emmy, inclusive de melhor drama em 2017, e dois Globos de Ouro. É importante ressaltar que a autora de “*O Conto da Aia*”, Margareth Atwood, atua como produtor consultor, ao lado de Moss, protagonista e também produtora da série.

Já na primeira temporada, a série foi considerada pela crítica a melhor do mundo, com elogios principalmente para a fotografia, usada como suporte do próprio enredo, tornando-o ainda mais carregado de significado, e para figurino, que utilizou de cores mínimas como verde, azul, vermelho e marrom, dentro de um universo cinza em todos os âmbitos possíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é mais do que um estudo feminista, é uma análise que teve por objetivo identificar nos aspectos da obra, a forma como a mulher passou a ser vista na sociedade e como a narrativa, baseada nas características presentes, antecipa possibilidades futuras. Ao ser dado o exemplo da aia, é projetado um futuro pavoroso como um sinal de alerta, produzindo uma sensação de medo e, quando citamos as muçulmanas, evidenciamos a perplexidade a respeito de como andam os direitos das mulheres nos dias atuais. E ambos os exemplos são fragmentos de que as mulheres perderam ou têm perdido alguns de seus direitos, como o direito ao trabalho, à liberdade e autonomia passando a configurar uma propriedade do Estado ou dos homens.

A realidade ficcional da aia Offred não é diferente da realidade das muçulmanas, hindus, índias, europeias, brasileiras, chinesas, ou seja, de todas as mulheres que têm sobre si, ainda hoje, as influências patriarcais. O livro nos faz refletir sobre a realidade atual e por que mesmo com tantos avanços tecnológicos aquela sociedade fictícia retrocedeu em seus parâmetros sociais, assim como no Irã, onde houve o retrocesso em meio ao pleno avanço da humanidade, indo na contramão de tudo que se chama de moderno.

Mesmo sendo uma obra de ficção “*O Conto da Aia*”, no entanto, mostra-nos a realidade, quando observamos o trabalho do jornalismo investigativo e informativo que traz à luz da sociedade todas as mazelas sofridas pelo sexo feminino. Ao cumprir sua função social de informar, ele também denuncia todos os abusos sofridos e conta a história para a posteridade. Quer sejam abusos de cunho moral, físico ou intelectual, as mulheres perdem seus direitos de serem cidadãs. Mesmo com toda luta desenvolvida no decorrer dos anos, com todos os esforços realizados por diversos grupos da sociedade, ainda assim, em pleno século XXI, infelizmente, em muitos lugares, e talvez em todo o mundo, ainda se depara com o sistema patriarcal e arcaico. Só que, nesse caso, não é uma obra ficcional, e sim a triste realidade de milhares de mulheres espalhadas pelo planeta.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, F.L.S et al. A influência patriarcal na sociedade: sobre violência de gênero. **Congresso Interdisciplinar - Responsabilidade, Ciência e Ética**, 2017.

ATWOOD, M. . **O Conto da Aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BBC News Brasil. **A vida das mulheres no Irã antes e depois da Revolução Islâmica**. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47174927>> Acesso em: 20 jun. 2021.

CAMARGO, O. Fases do feminismo. **Brasil Escola**, 2021. Disponível em: <<https://brasile scola.uol.com.br/sociologia/feminismo-que-e.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? **Revista QG Feminista**, 2017. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IRÃ. **The Civil Code of the Islamic Republic of Iran**.

Disponível em:< <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/ir/ir009en.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LIMA, I. **O Conto de Aia** - Margaret Atwood. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/resenhas-2019-2020/o-conto-de-aia-margaret-atwood-66d0b4a36a4>> Acesso em: 20 jun. 2021.

LIMA, P.B. **A representação da mulher em o conto da AIA: A influência da cultura patriarcal na percepção da mulher**. 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19989/1/2017_PaulaBastosDeLima_tcc.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

LOUREIRO, Gabriela. Ciência comprova que igualdade de gênero existiu na pré-história. **Revista Galileu**. 2015. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/fator-x/noticia/2015/05/ciencia-comprova-que-igualdade-de-genero-existiu-na-pre-história>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAURICE, Godelier. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

MORETÃO, A. S. **A posição da mulher no Irã antes e depois da revolução iraniana em comparação com a Turquia**. 2017. Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499195277_ARQUIVO_TextocompletoAmandaStinghen-AposicaodamulhermuculmananoIraenaTurquia.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

PEDRO, CB; Guedes, O. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RAMOS, R. **O que é violência de gênero e como se manifesta?** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/?https://www.politize>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RIBEIRO, B. L. . **Bendito seja o fruto: organização social e maternidade em Gilead**. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ZERZAN, J. Patriarcado, Civilização e as Origens do Gênero. **Gênero & Direito**, v. 1, n. 2, 2011.